

## CONTOS DE REBELDIA: DIREITO À CIDADE E DIREITO À LITERATURA NA BAIXADA FLUMINENSE (RIO DE JANEIRO)

Amanda Rodrigues Alves Catem  
*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação  
em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO*  
alvesamanda2@yahoo.com.br

Tamara de Souza Campos  
*Professora do Programa de Pós-Graduação em  
Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO*  
tamara.campos@unigranrio.edu.br

### Resumo

O presente trabalho aborda como as narrativas ficcionais de autores da Baixada Fluminense amplificam as vozes marginais ao discutir temas sociais relevantes, identificando que seus contos não só representam as vivências dessas comunidades invisibilizadas, mas também atuam como expressões de resistência cultural e social. Destaca-se a importância do envolvimento social na construção do espaço urbano e do acesso à literatura como um direito humano fundamental. Para isso, expõem-se as concepções de “Direito à cidade” de Henri Lefebvre e “Direito à Literatura” de Antonio Candido e a análise de duas narrativas publicadas pelo coletivo literário de Nova Iguaçu: o Aleatórios. Conclui-se que dar relevância a essas vozes marginalizadas contribui para uma sociedade mais justa e equânime, promovendo o acesso à literatura e a participação ativa em todos os espaços.

**Palavras-chave:** “Direito à cidade”, “Direito à Literatura”, Baixada Fluminense.

### Abstract

This paper examines how fictional narratives by authors from the Baixada Fluminense amplify marginalized voices by discussing relevant social issues. It identifies that their stories not only reflect the experiences of these invisible communities but also function as expressions of cultural and social resistance. It highlights the importance of social involvement in the building of urban spaces and access to literature as a fundamental human right. To do so, the conceptions of "The Right to the City" by Henri Lefebvre and "Right to Literature" by Antonio Candido are presented, as well as an analysis of two narratives published by the literary collective from Nova Iguaçu: the Aleatórios. It is concluded that giving relevance to these marginalized voices contributes to a fairer and more equitable society, promoting access to literature and active participation in all spaces.

**Keywords:** "The Right to the City", "Right to Literature", Baixada Fluminense.

### Introdução

Das treze cidades que compõem o território da Baixada Fluminense, Nova Iguaçu é a cidade com maior extensão territorial<sup>1</sup> e segunda maior em população<sup>2</sup>. Ela é um exemplo da complexa urbanização em que a diversidade cultural e as desigualdades sociais coabitam. Diante deste cenário, a relação entre os conceitos de

---

<sup>1</sup> Com 520.581 Km<sup>2</sup>. Área Territorial: Área territorial brasileira 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023 em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/nova-iguacu.html>

<sup>2</sup> 785.867 pessoas. População no último censo: Censo 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados - Atualizado em 22/12/2023 em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/nova-iguacu.html>

"Direito à cidade" de Henri Lefebvre e "Cidade rebelde" de David Harvey com a atuação dos escritores da Baixada Fluminense se dá pela resistência criativa e pelo protagonismo popular na disputa por um espaço urbano que reconheça a diversidade, as identidades e as vivências locais.

O presente trabalho propõe-se a analisar como autores de contos de Nova Iguaçu, que fazem parte de um coletivo de autores chamado Aleatórios, simbolizam o conceito de "Direito à cidade" de Henry Lefebvre e o "Direito à literatura" de Antonio Candido em seus textos. Segundo Fani (2020), Lefebvre defende que a garantia do direito à cidade é essencial para promover uma sociedade mais equitativa e inclusiva, ao passo que Candido (1988) enfatiza a importância de tornar a literatura acessível a todos, colaborando assim com a construção da identidade cultural. Ao explorar as obras desses escritores da Baixada, é possível perceber como suas histórias refletem as lutas sociais e a busca por reconhecimento e espaço para além da comunidade local.

Antes de tudo, é preciso salientar que Literatura e coletivo de autores não são inéditos na cidade de Nova Iguaçu uma vez que já existiu a Arcádia Iguaçuana de Letras (AIL), uma instituição fundada em 1955 a fim de perpetuar a cidade como ícone de sabedoria e cultura no estado do Rio de Janeiro. "Frutos de uma geração ruralista, coube aos arcades 'resguardar os valores' produzidos por este estrato social que tornou a memória sobre si a história do município." (Alexandre, 2018, p.28)

Essa arcádia surge como uma necessidade de ocupação do espaço por parte da elite local diante das mudanças territoriais, socioeconômicas e políticas que a cidade de Nova Iguaçu enfrentou. As obras dessa época refletiam a história da região de várias formas, evidenciando essas mudanças sociais, econômicas e culturais. A literatura atuava como um espelho das vivências dos moradores, tratando diferentes questões. Foi de extrema importância para a produção literária da região, reunir pessoas que almejavam registrar a história de Nova Iguaçu e fomentar uma memória compartilhada, uma vez que a Arcádia elaborou trabalhos que investigavam a conexão entre o antigo modo de vida rural de Nova Iguaçu e as suas mudanças urbanas, evidenciando as transformações econômicas e sociais da época, incluindo a queda da citricultura, como afirma Alexandre:

Tendo por objetivo a escrita da história local, este cenáculo reuniu um grupo de membros-sócios que compreendiam os "verdadeiros" valores e tradições iguaçuanos. Através de um conjunto de obras esta confraria organizou histórica e culturalmente as referências sobre o passado da cidade, bem como a representação do grupo social dominante ao qual pertenciam. (Alexandre, 2014, p.95)

Hoje, na referida cidade, na Biblioteca Municipal Cial Brito (que fica no Espaço Cultural Sylvio Monteiro) acontece nas terceiras terças-feiras do mês um encontro de um coletivo de autores chamado Aleatórios. Esse é um espaço dedicado à narrativa de contos em que se reúnem escritores, leitores e ouvintes. Os contos que são apresentados nesses encontros são criados com base em temas que foram sugeridos de forma aleatória na reunião anterior e com regras a serem seguidas. As regras são as seguintes: ter o tamanho máximo de uma página digitada e não ser assinado. A falta de assinatura é para que se mantenha em sigilo quem o escreveu, pois, como afirma o site do grupo, a ideia é discutir o conteúdo, a escrita, sem levar em consideração a experiência ou não do escritor.

No entanto, apesar do grupo se chamar Aleatórios, a ideia desse coletivo de autores não surgiu ao acaso, mas do desejo de estabelecer na cidade um lugar em que se valorizasse a arte da narrativa, em que a proposta não seja somente discutir contos, ideias, mas também compartilhar as histórias criadas. Esse projeto iniciou-se em 2019 com os professores e escritores Jonatan Magella e Thiago Kuerques. As regras que compõem a dinâmica dos encontros do Aleatórios foi inspirada na tradição

Iguaçuana de contos, história contada pelo historiador que faz parte do grupo, e em um sarau em que os poetas não assinavam seus textos e acontecia na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Atualmente, esses autores de Nova Iguaçu, personificam a concepção de “Direito à cidade” e “Direito à Literatura” ao recorrerem à arte dos contos para evidenciar as realidades da periferia e colocar em destaque o cenário popular, nos quais compartilham suas vivências, e dão voz a aqueles que são ignorados ou silenciados.

## **Fundamentação teórica**

O conceito de “Direito à cidade”, desenvolvido por Henri Lefebvre, evidencia a importância da participação social na construção dos espaços urbanos. Lefebvre defende a ideia de que a cidade não é só um local físico, mas um produto social que deve ser acessível a todos os cidadãos. Dentro desta perspectiva, vale ressaltar que “a cidade não é o sujeito que define a ação urbana, ao contrário, a cidade é uma obra do civilizatório, produto social e humano” (Carlos, 2020, p.354). Lefebvre destaca também que esse direito à cidade demanda uma luta contra as forças que buscam excluir determinadas populações do espaço urbano. Nesse contexto, esse direito transcende às leis, surgindo como uma exigência de inclusão e participação ativa e plena, daqueles que costumam ser marginalizados, pois “o espaço é produto, condição e obra da realização humana” (Carlos, 2020, p.354).

David Harvey (2014) complementa essa visão ao discutir a resistência criativa nas periferias urbanas, onde comunidades marginalizadas utilizam a arte e a literatura como formas de expressar suas realidades e reivindicar seus direitos. Essa interpretação é particularmente relevante no contexto da Baixada Fluminense, em que os escritores se apropriam de suas narrativas para desafiar as desigualdades sociais e afirmar sua presença na cidade. Desta forma, o direito à cidade é “muito mais do que um direito de acesso individual ou de um grupo aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (Harvey, 2014, p.28).

Stuart Hall contribui para esta perspectiva ao argumentar que as identidades não são estáticas; mas flexíveis e influenciadas por interações sociais e culturais. Hall pontua que as identidades são moldadas por narrativas culturais que espelham as vivências dos sujeitos em seus meios sociais, ou seja, “a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade.” (Hall, 2006, p.11) As narrativas desses autores da Baixada Fluminense podem ser interpretadas como uma maneira de reafirmar suas identidades diante de representações que muitas vezes são estereotipadas e de se opor às narrativas predominantes que frequentemente excluem essas vozes.

Ainda, conforme argumenta Hall, as identidades não surgem isoladas, mas são influenciadas pelas dinâmicas de poder que determinam quais identidades são reconhecidas ou marginalizadas. Assim sendo, as narrativas desses autores surgem como uma forma de resistência, já que este conceito em “seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia” (Bosi, 1996, p.11).

No ensaio “O Direito à Literatura”, Antonio Candido (1988) defende a ideia de que a literatura deve ser um direito humano fundamental acessível a todos. “Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação”. (Candido, 1988, p.174)

Candido sustenta ainda que a literatura não apenas espelha as vivências individuais, mas também tem um papel crucial na construção da identidade cultural, pois a “literatura confirma, nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas”. (Candido, 1988, p.174)

O autor destaca, inclusive, a importância de tornar a literatura acessível como um meio de promover a inclusão social e cultural, relacionando a literatura com os direitos humanos a partir de dois ângulos:

Primeiro verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, por que pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza.(...)Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição de direitos , ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos (Candido, 1988, p.186)

A conexão entre as teorias de Lefebvre, Harvey, Hall e Candido destaca como as identidades culturais são influenciadas pelos contextos sociais e espaciais específicos. A busca pelo direito à cidade não se restringe ao acesso dos espaços físicos dos ambientes urbanos, mas inclui a valorização das identidades culturais presentes nesses locais. A resistência cultural surge como uma resposta às forças que tentam excluir essas identidades, gerando um ciclo constante de lutas e reconhecimento. Além disso, é possível compreender como essas narrativas literárias não refletem apenas as experiências individuais desses contistas, mas também a cultura da localidade e as questões sociais da região.

Retornando à questão central deste trabalho, avança-se para a análise de dois contos, os quais podem exemplificar tanto em sua narrativa quanto em sua temática, os significados de Direito à Cidade e Direito à Literatura. Ao examinar esses contos, o objetivo não é esgotar impressões ou emitir juízos de valor sobre a totalidade da literatura da Baixada Fluminense, pois isso poderia levar a uma generalização da interpretação, mas ressaltar a ideia de dar voz e espaço às literaturas e identidades que normalmente são colocadas à margem.

Desta forma, a compreensão das teorias aqui apontadas é imprescindível para a análise das obras dos autores do livro do grupo Aleatórios. A seção seguinte apresentará a metodologia adotada neste estudo, abordando os critérios utilizados na seleção dos contos e as análises realizadas.

## **Desenvolvimento do tema**

Para este artigo foram selecionadas duas narrativas do livro “Contos de todos os cantos: uma coletânea de narrativas” organizado pelo coletivo de autores Aleatórios. Esta obra, que foi produzida de forma independente pelo grupo, é constituída por 27 contos de 26 diferentes autores. O livro não tem um tema específico, como acontece normalmente nos encontros mensais para leitura e apresentação de contos, no entanto há cenários determinados: o território da Baixada Fluminense. Assim sendo, as cidades da Baixada Fluminense precisam ser o cenário dos contos da referida obra.

Além disso, por ser um livro, não segue a regra dos encontros de leitura uma vez que as histórias não precisam caber em somente uma página e as autorias são claramente identificadas. Sobre o livro, seus autores e o próprio coletivo Jonatan Magella afirma:

Conhecíamos a história literária da cidade e os encontros de contistas que nos antecederam. Fundar um novo evento seria uma responsabilidade com o gênero e com a cena cultural. (...) Daí para frente foi (e segue sendo) mérito dos escritores e escritoras que trouxeram, além de seus corpos e suas ficções riquíssimas, novas e sofisticadas ideias para compor o Aleatórios. Se não fosse por eles,

estaríamos no confortável campo das ideias até hoje. Felizmente o grupo conseguiu por sua literatura em prática. Esse livro é prova disso. (Aleatórios, 2020, p.07)

Diante das diversas possibilidades de contos presentes na obra, elegeu-se “Rancho Novo, minha completude” e “Casarão do Lobato em Morro Agudo” uma vez que as referidas narrativas têm como cenário bairros da cidade de Nova Iguaçu. Bairros da cidade que ganha destaque nesta pesquisa, pois é o lugar em que os encontros dos contistas do livro acontecem. Além disso, essa é a cidade que já teve uma arcádia literária a qual inspirou os escritores atuais a criar esse espaço de troca e encontros.

Vale destacar que, depois da pesquisa para o levantamento das narrativas que tinham a cidade de Nova Iguaçu como cenário, foi feita uma seleção para relacionar aquelas que retratavam bairros fora do grande centro e depois perceber quais traziam a questão da memória em seu desenvolvimento.

É importante salientar que aqui não será levada em consideração a memória individual, ou seja, como um processo de recuperação de informações individuais, mas sim, a concepção de que ela é um fenômeno cultural e socialmente construído que desempenha um papel relevante na formação da identidade local e na ideia de comunidade, por meio das memórias representadas nestes contos. A memória é aqui entendida como um espaço de negociação entre o passado e o presente, além de funcionar como pertencimento ao local e atuar também para a construção da identidade, exatamente como propõe Hall (2006) em que a identidade é vista como um processo que se constrói nas práticas de significação do espaço e de si mesmo.

Convém ressaltar que lembrar não é somente recordar imagens ou narrar fatos, a memória inclusive atua no afeto, na experiência, pois ela “exerce-se também numa esfera irrepresentável: no corpo, nas sensações, nos afetos, nas invenções e nas práticas de si” (Gondar, 2016, p.36). Assim, a memória funciona como um processo criativo, que envolve representação, mas também o que excede e transborda o representável, uma vez que “a esfera social é viva, pulsante e em constante mudança, as representações são apenas o referente estático do que se encontra em constante movimento” (Gondar, 2016, p.35).

A seguir serão apresentadas as análises sobre cada um dos dois textos selecionados levando em consideração as teorias que aqui já foram apontadas.

### **Rancho Novo, minha completude**

Primeiramente traz-se aqui o conto “Rancho Novo, minha completude” escrito por Marcelo Bizar que é escritor, cantor, compositor e instrumentista (toca clarinete, violão e cavaquinho). Nasceu em 1971 na cidade de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, mas passou a infância e juventude na cidade de Nova Iguaçu. Publicou 3 livros de poesia além de ser editor da “Revista Sarau Subúrbio” que é um meio de divulgação dos artistas independentes dos subúrbios e periferias

O conto tem duas páginas e conta a história de uma banda de rock que ensaiava na casa do baixista da banda, localizada no bairro chamado Rancho Novo. A história é ambientada nesse bairro de Nova Iguaçu o qual mexe, até hoje, com as lembranças do narrador.

O conto inicia-se apresentando a vida simples da localidade com suas “casas simples, o comércio modesto” (Aleatórios, 2020, p.29) e o Bar do Daniel, lugar onde tudo começou. No caminho que o narrador faz até o local dos ensaios é preciso atravessar um túnel, debaixo da Dutra, a pé. Esse túnel funciona como transição entre o real e a fantasia, um mundo “cheio de possibilidades que se revelavam pouco a pouco, sem alardes, e somente para os que tinham olhos e ouvidos adequados” (Aleatórios, 2020, p.29). Depois de algum tempo a banda se desfaz. A narrativa anuncia um reencontro dos membros da antiga banda (formada no final dos anos 80) em que o narrador está certo de que não irá participar por estar empoeirado e

esquecido. Essa história é contada a partir de um narrador personagem que ao final do conto descobrimos ser o violão de um dos integrantes dessa antiga banda “estou aqui já há alguns anos, esquecido, jogado num canto, minha capa toda tomada pela poeira. Quase todas as minhas cordas rebentaram e só sobraram esticas(?) minhas quinta e sexta cordas, muito pouco pra um violão” (Aleatórios, 2020, p.29).

O narrador funciona como um elemento relevante no processo de escrita desse conto, pois ele lança um olhar sensível para o espaço em que aconteciam os ensaios e o caminho até esse bairro: as ruas dessa periferia. Assim sendo, “Rancho Novo, minha completude” “manifesta emoções e a visão de mundo dos indivíduos” (Candido, 1988, p.176) dessa realidade da baixada, de vida simples do bairro Rancho Novo, refletindo a cultura local. Além do fato de ocupar espaços, não necessariamente físicos como aponta Lefebvre, com sua arte.

Quando o narrador do conto afirma “a completude que sinto andando pelas ruas do bairro do Rancho Novo, um bairro simples de Nova Iguaçu [...] O bairro me expõe à minha completude” (Aleatórios, 2020, p.29) o direito à cidade se dá nessa vivência do cotidiano e não apenas no acesso físico, mas também na construção da identidade por meio da apropriação compartilhada do espaço que o personagem ocupa poeticamente. Como afirma Fani (2020, p.352) “para Lefebvre a problemática do mundo moderno é urbana revelando uma determinação espacial. Para o filósofo vivemos um momento onde o espaço ganha centralidade sobre o tempo.” A vida cotidiana nesse bairro periférico, o trajeto para os ensaios, a passagem pelo túnel e os próprios ensaios são a produção de espaço enquanto produção de vida e não meros espaços concretos.

Aqui a literatura funciona também como “instrumento poderoso de instrução e educação”, pois “os valores que a sociedade preconiza, ou que os considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática” (Candido, 1988, p.175). Ao narrar o cotidiano, o ordinário cumpre a função humanizadora que Candido (1988, p.182) propõe de que “o que na literatura age como força humanizadora é a própria literatura, ou seja, a capacidade de criar formas pertinentes”. Nesta história o narrador circula entre tempos e espaços, refaz memórias e partilha experiências as quais sempre “Transportava-me, como o palco, sempre aberto a novas apresentações...” (Aleatórios, 2020, p.29)

Desta forma, a identidade desse local é renovada pela memória e o espaço resiste a mera utilidade dando lugar ao que é vivido e reelaborando-o, construindo assim o espaço urbano (Harvey, 2014) como objeto de luta simbólica que na história contada foi reapropriado pela arte, pela memória e pelo afeto.

### **Casarão do Lobato em Morro Agudo**

Agora, parte-se para o conto “Casarão do Lobato em Morro Agudo” escrito por Antonio Feitoza, poeta e contista, que nasceu em 1960 no Ceará, mas mora há 55 anos em Morro Agudo, bairro de Nova Iguaçu. Nos anos 80 e 90 participou ativamente do movimento literário da Baixada Fluminense, inclusive, editou a revista Grito Geral (1981) uma plataforma que deu voz a poetas e contistas da Baixada Fluminense. Teve diversos textos veiculados em jornais e publicações independentes.

Este conto tem apenas uma página e narra a história de, como o próprio título sugere, um casarão localizado em Morro Agudo, bairro da cidade de Nova Iguaçu. O narrador fala do quanto esse casarão o fascinou e fez parte de suas memórias, e habitou suas “lembranças de adolescente dos anos 80” (Aleatórios, 2020, p.63) mesmo sem nunca tê-lo conhecido por dentro. Depois de alguns anos o narrador volta ao bairro e se depara com a triste realidade do casarão abandonado pelos herdeiros que foram viver em outros bairros e até em outro continente. A narrativa se encerra com um salto para o ano de 2015 em que o casarão/terreno, até o momento abandonado, é demolido por conta de uma corrida imobiliária que tomou conta do bairro, como aponta a narrativa.

Aqui, pode-se perceber que a cidade “se transforma em mercadoria como desdobramento do processo de produção de espaço tornado mercadoria no seio do processo capitalista” (Carlos, 2020, p.353), ou seja, conforme aponta Lefebvre a reprodução do espaço resolve as crises de acumulação de capital. É importante salientar, conforme afirma Harvey (2014, p.47) que “o modo como vemos o mundo e definimos possibilidades depende do lado da pista em que nos encontramos e a que tipo de consumismo temos acesso”.

Há claramente uma tomada do espaço pelo capital imobiliário no trecho: “tivemos o triste fim da nossa ‘São Bernardino morragudense’, que perdeu espaço para a modernidade: a sua demolição em favor da corrida imobiliária que infelizmente tomou conta do bairro”(Aleatórios, 2020, p.63). A modernização é a mercantilização desse espaço em que a memória, os afetos e as histórias são substituídos por valores de troca, pois a “urbanização desempenha um papel particularmente ativo (ao lado de outros fenômenos,...) ao absorver as mercadorias excedentes que os capitalistas não param de produzir em sua busca de mais-valia” (Harvey, 2014, p.33)

No conto, o protagonista confessa sua posição de expectador que guardou a imagem “sempre vista do lado de fora, sem nunca saber verdadeiramente nada sobre o seu interior” (Aleatórios, 2020, p.63). Esta imagem ilustra a separação de quem produz e de quem vive a cidade, aqui representado por esse muro simbólico, em que o casarão mesmo representando um patrimônio da comunidade local o deixa excluído física e socialmente de seu interior. Assim, esse casarão deixa claro que “é no espaço que se pode ler a realidade e as possibilidades concretas de realização da sociedade. Esse é também o plano da vida cotidiana e do lugar. Aqui explodem os conflitos que sinalizam as contradições vividas” (Carlos, 2020, p.351).

O narrador conecta o casarão desse ambiente de periferia a sua origem, pois ele “lembrava muito a casa em que vivi no Ceará, onde nasci” (Aleatórios, 2020, p.63). Esta dinâmica de comparar, trazer à lembrança o seu passado articulando-o ao seu presente o faz reinterpretar o espaço e a si mesmo contribuindo para a construção da sua identidade. Assim como defende Hall (2006, p.13) em que “à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar” .

Transformar a destruição do casarão ( e conseqüentemente de suas memórias) em uma narrativa literária pode ser entendida como um gesto utópico do direito à cidade e do espaço pelo afeto e pela lembrança, pois como aponta Fani Carlos (2020, p.353)

O materialismo aponta a necessidade portanto, da junção de dois princípios opostos : não existe pensamento sem utopia (sem exploração do possível) e não existe pensamento sem referência a uma prática que, do ponto de vista do debate urbano se associaria à produção do habitar e do uso dando sentido à apropriação como ato essencialmente humano (criativo).

A “história” do casarão traz a tona os conflitos do urbano presente, o “espaço que se pode ler a realidade e as possibilidades concretas de realização da sociedade” (Carlos, 2020, p.351): o direito à cidade exaurido pela mercadoria, a necessidade de tornar a cidade experiência comum e as resistências cotidianas utópicas.

As duas narrativas revelam a vida cotidiana e os espaços de um bairro de periferia, os quais podem ser compreendidos como dados estéticos que revelam as questões sociais que são incorporadas na composição literária e que externalizam os valores e as memórias quando consideramos a sequência de ações que formam os enredos. Isso leva à reafirmação cultural dessas pessoas e dessa comunidade pela forma singular que aparece nos contos analisados.

Os contos selecionados espelham as experiências cotidianas no espaço urbano da cidade de Nova Iguaçu e as questões sociais enfrentadas por seus moradores e comunidade. A literatura assume, desta forma, o importante papel em defender o “Direito à Cidade”, dando voz às experiências marginalizadas e destacando os escritores que ajudam a criar uma consciência coletiva que desafia a invisibilidade imposta às comunidades periféricas.

Assim, a literatura deixa de ser apenas um reflexo da realidade; ela se torna também uma catalisadora na transformação social ao inspirar ações em prol de um futuro mais justo e igualitário. E garante, com isto, o “Direito à Literatura”, pois “uma sociedade mais justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável”. (Candido, 1988, p.191)

## Considerações Finais

As teorias e textos aqui apresentados fornecem uma perspectiva para analisar de que forma as histórias literárias da Baixada Fluminense não só expressam as vivências pessoais dos escritores, mas também as batalhas coletivas por reconhecimento e integração social na contemporaneidade urbana. Essa perspectiva teórica desempenha um papel crucial na compreensão de como a literatura pode atuar como uma forma de resistência cultural diante das disparidades sociais, contribuindo para dar voz e visibilidade às experiências e lutas dos habitantes dessa região:

É nesse sentido que se pode dizer que a narrativa descobre a vida verdadeira, e que esta abraça e transcende a vida real. A literatura, com ser ficção, resiste à mentira. É nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado em geral como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente. (Bosi, 1996, p.27)

Os contistas de “Aleatórios”, coletivo literário de Nova Iguaçu, representam a resistência literária por meio de suas vivências e memórias que estão relacionadas, de maneira relevante, aos temas do “Direito à cidade” e do “Direito à literatura”. Através de suas histórias, esses autores não só confrontam as disparidades sociais presentes na sociedade, mas também afirmam sua relevância e presença no cenário literário brasileiro.

Esse estudo ressalta a importância dessas vozes na formação de uma literatura inclusiva que abrange a diversidade social em sua totalidade e contribui para um entendimento mais amplo das interações sociais contemporâneas. Fica evidente, que a Literatura é uma importante ferramenta para reivindicar direitos e afirmar as identidades locais.

Evidentemente, a pesquisa e os contos que aqui foram propostos merecem ainda um aprofundamento posterior, seja pelo levantamento de outras fontes bibliográficas, seja através de outras fontes de pesquisa a fim de indicar possíveis caminhos para novas investigações sobre literatura na Baixada Fluminense ou em outras regiões periféricas.

Por fim, destaca-se a relevância de dar suporte a essas novas vozes para a promoção de uma sociedade mais justa e equânime, em que todos tenham acesso à literatura e possam participar ativamente de todos os espaços.

## Referências

ALEATÓRIOS (Org.) **Contos de todos os cantos: uma coletânea de narrativas de autores da Baixada Fluminense**. Nova Iguaçu: Independente, 2020.

ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. **Arcadianos e os usos do passado: uma análise do projeto histórico-cultural da Arcádia Iguazuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, 1955-1970)**. *Intellectus*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 82–97, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/18217>. Acesso em: 20 dez. 2024.

\_\_\_\_\_. **“Árcade, por que?”: um estudo sobre os intelectuais da Arcádia Iguazuana de Letras – AIL (Nova Iguaçu, 1955)**. *Revista Mosaico*. 2018. Jul./Dez. v.09, n.2: Suplementos. p.26-31. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1398/pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

\_\_\_\_\_. **Nova Iguaçu segundo a literatura: As representações de uma cidade a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL-1995-1970)**. VII Simpósio Nacional de História Cultural-História Cultural: Escritas, Circulação, Leituras e Recepções, 2014. São Paulo: USP, 2014. v. 1. p. 1-11. Disponível em <https://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Maria%20Lucia%20Bezerra%20da%20Silva%20Alexandre.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BOSI, Alfredo. **Narrativa e resistência**. *Itinerários*, Araraquara, n. 10, p. 11-27, 1996. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2577>. Acesso em 10 dez. 2024.

CANDIDO, Antônio. **O Direito à Literatura**. In: *Vários Escritos*. São Paulo, Duas cidades; Ouro sobre azul, 1988, p. 169 - 191.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”**. *Revista Direito e Práxis.*, Rio de Janeiro, V.11, n.1, 2020, p.349-369. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3cBsV3Vx7Yvw9SqvcqyVrbc/?format=pdf&lang=p>. Acesso em 10 out. 2024.

GONDAR, Jô. **Cinco Proposições sobre Memória Social**. In: GEIGER, Amir; DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R.de; GONDAR, Jô (Org.) **Por que memória social?** 1. ed. Rio de Janeiro : Híbrida, 2016. *Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social : edição especial*, v. 9, n. 15

HALL, Stuart. **A identidade em questão**. In: \_\_\_\_\_ *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 9-22.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>. Acesso em 07 de dez. 2024.

JESUS, Likem Edson Silva de. **A Periferia Urbana e o Reconhecimento Social: Uma Análise a partir da Escola**. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 26, n. 2, p. 380–398, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/41855>. Acesso em 14 dez. 2024.

KIYOMURA, Leila. **Quando a arte é liberdade, resistência e coragem**. *Jornal da USP*, São Paulo, 05 de maio de 2023. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/cultura/quando-a-arte-e-liberdade-resistencia-e-coragem/>. Acesso em 10 dez. 2024.

MAGELLA, Jonatan; KUERQUES, Thiago. **Quem Somos**. Contos Aleatórios, 2024. Disponível em: <<https://contosaleatorios.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MAGELLA, Jonatan. **Projeto ALEATÓRIOS: Evento literário na Baixada Fluminense promove o gênero conto**. [Entrevista concedida a] César Manzolillo. ArtCult, 28 fev. 2020. Disponível em <https://artecult.com/projeto-aleatorios/>. Acesso em: 10 dez. 2024

PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU. **A cidade**. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/cidade/#historia>. Acesso em: 16 de nov. de 2024.

VENSON, A. M.; PEDRO, J. M. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **História Oral**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2012. DOI: 10.51880/ho.v15i2.261. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/261>. Acesso em: 20 jul. 2025.